



Diário Oficial

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

Nº 1304

Recife - Terça-feira, 05 de setembro de 2023

Eletrônico

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA

PORTARIA PGJ Nº 2.541/2023

Recife, 1 de setembro de 2023

Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público do Estado de Pernambuco na fiscalização do processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 12/1994;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal dispõe, em seu art. 127, ser o Ministério Público instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhes a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO a atribuição do Ministério Público na fiscalização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, estabelecida no artigo 139 da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, cuja etapa de eleição direta será realizada no dia 01 de outubro de 2023 em todos os municípios do país;

CONSIDERANDO que a previsão legal da eleição dos membros do Conselho Tutelar pela população é, portanto, uma expressão da democracia participativa e, por isso, a fiscalização do Ministério Público se alinha ao seu papel constitucional de "defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", nos termos do art. 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 23.719, de 13/06/2023, do Tribunal Superior Eleitoral e da Resolução nº 442/2023, do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, que estabelecem o apoio da Justiça Eleitoral no processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, o que recomenda que o Ministério Público do Estado de Pernambuco disponha tratamento similar ao ofertado nas Eleições Gerais aos membros envolvidos no escrutínio;

CONSIDERANDO a Recomendação nº 100, de 3 de julho de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que recomenda providências para fortalecer a atuação funcional dos Promotores de Justiça da Infância e Juventude no processo de escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares;

RESOLVE:

Art. 1º. Os(As) Promotores(as) de Justiça com atribuição na defesa dos direitos da criança e do adolescente deverão fiscalizar todas as etapas do processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, da publicação do edital até a diplomação dos eleitos, zelando para que ocorram em observância à Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), às leis municipais que regem o pleito em cada localidade, à Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), e às Resoluções e Editais publicados pelos respectivos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º. Os(As) Promotores(as) de Justiça com atribuição na área da Infância e Juventude deverão permanecer de plantão presencial durante todo o final de semana da votação direta dos membros do Conselho Tutelar, atuando em casos de eventuais denúncias e acompanhando a votação e a apuração dos votos até a proclamação do resultado.

§1º. A fim de assegurar que sejam ultimados os atos para o dia da votação, fica vedado o afastamento voluntário do membro designado para atuar no processo de escolha do Conselho Tutelar nos cinco dias anteriores à data da votação, salvo requerimentos de férias ou licenças já anteriormente deferidos.

§2º. Nos casos excepcionados conforme parágrafo anterior, o membro requerente deverá preparar relatório sobre o andamento do processo de escolha no(s) município(s) da Comarca e sobre os atos de fiscalização do Ministério Público na localidade, a fim de contextualizar minimamente o(a) Promotor(a) de Justiça a ser designado para atuar no final de semana da eleição direta.

§3º. O membro que for designado para atuar em comarca diversa da de sua titularidade deverá ter presença física na comarca de substituição, devendo informar aos representantes das Comissões Especiais Eleitorais dos respectivos municípios onde poderá ser encontrado, disponibilizando os contatos e e-mails para eventuais necessidades de pronunciamentos em demandas relacionadas ao pleito.

Art. 3º. O Procurador-Geral de Justiça poderá convocar, por ato próprio, Promotores(as) de Justiça a serem designados para atuar na fiscalização das eleições dos membros do Conselho Tutelar no final de semana da eleição direta.

§1º. Será assegurado aos membros atuantes no final de semana da votação (sábado e domingo) o direito à compensação correspondente pelos dias trabalhados no plantão, na forma disciplinada na Resolução RES PGJ n.º 01/2023.

§2º. Para fins da garantia do direito previsto no parágrafo §1º deste artigo, deve ser considerado o período referente à apuração dos votos, até a proclamação do resultado, caso se estenda para além do dia da votação.

§3º. No caso de a Promotoria de Justiça abranger vários municípios ou existindo um número elevado de locais de votação ou de mesas apuradoras, ou ainda na hipótese de exercício simultâneo em mais de uma comarca, o membro com atribuição poderá requerer de forma fundamentada à Procuradoria-Geral de Justiça, via SEI, até a data de 11/09/2023, a designação de outros membros para auxílio no dia da eleição direta (domingo).

§4º. Para a seleção de membros interessados em atuar conjuntamente, na forma prevista no parágrafo anterior, a Procuradoria-Geral de Justiça publicará edital, que especificará o número de vagas, conforme a necessidade do serviço.

§5º. Caso o número de interessados seja superior à quantidade de vagas oferecidas, terá preferência aquele, dentre os

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Marcos Antônio Matos de Carvalho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

COORREGEDOR-GERAL
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa

CORREGEDORA-GERAL SUBSTITUTA
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUIVADOR
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

Marcos Antônio Matos de Carvalho
(Presidente)
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa
Sílvia José Menezes Tavares
Christiane Roberta Gomes de Farias
Santos
Giani Maria do Monte Santos
Edson José Guerra
Lúcia de Assis
Aguinaldo Fenelon de Barros
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

habilitados no edital:

I - cuja sede de atuação seja mais próxima do local ou região onde será realizada a eleição;

II - havendo empate segundo o critério anterior, que for de entrância mais elevada;

III - persistindo o empate, com maior antiguidade na entrância.

Art. 4º. Para garantir a adequada fiscalização do dia da votação, os membros poderão solicitar à Procuradoria-Geral de Justiça, via SEI, **até a data de 11/09/2023**, a designação de servidores lotados em sua unidade ministerial para apoiá-lo no cumprimento de seu mister, sem prejuízo da solicitação de servidores lotados em outras unidades, caso imprescindível.

§1º. A Procuradoria-Geral de Justiça fornecerá, de acordo com a disponibilidade de cada circunscrição, a estrutura de trabalho das Promotorias, como uso do veículo institucional para transporte até os locais de votação e apuração e apoio de segurança institucional, além da utilização dos telefones de contato disponíveis nas Promotorias de Justiça.

§2º. Mediante solicitação dos membros atuantes na fiscalização do pleito, a organização da disponibilidade dos veículos institucionais ficará a cargo das Coordenações das Circunscrições.

§3º. Será assegurado aos servidores atuantes no final de semana da votação o direito à compensação correspondente ao recebimento de diária por cada por dia trabalhado no plantão, na forma da Instrução Normativa IN PGJ N.º 006/2018.

Art. 5º. O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (CAOIJ) atuará em plantão no final de semana da eleição dos membros do Conselho Tutelar, com o fim de dar suporte à atuação de membros e servidores, podendo ser contatado através de e-mail e telefones institucionais.

Art. 6º. As denúncias relativas ao processo de escolha poderão ser recebidas pela Ouvidoria do Ministério Público, que atuará em plantão, inclusive no final de semana em que ocorrer a votação.

Parágrafo único. Excepcionalmente, em razão da urgência das providências, a comunicação de denúncias da Ouvidoria às Promotorias de Justiça far-se-á por email institucional e telefone.

Art. 7º. A Assessoria Ministerial da Assistência Militar e Policial Civil (AMPC) atuará em apoio aos Promotores(as) de Justiça atuantes na fiscalização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, inclusive por meio de plantão no final de semana da eleição, podendo ser designado apoio específico em áreas mais sensíveis do estado, conforme demanda fundamentada indicada pelo membro do Ministério Público.

Art. 8º. A Procuradoria-Geral de Justiça solicitará ao Comando-Geral da Polícia Militar de Pernambuco a designação de efetivo para garantir a ordem e a segurança dos locais de votação e de apuração do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar em todos os municípios do Estado, cabendo aos(as) Promotores(as) de Justiça com atribuição na área da infância e juventude também solicitarem este auxílio diretamente ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local.

Art. 9º. O plantão previsto no art. 2º desta Portaria ocorrerá paralelamente aos plantões ordinários de primeira e segunda instâncias do Ministério Público.

Art. 10. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Republicado por incorreção(*)

MARCOS ANTÔNIO MATOS DE CARVALHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 2.543/2023
Recife, 4 de setembro de 2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a publicação da escala de Plantão Geral de Membros, por meio da Portaria PGJ Nº 2.472/2022;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

I - Incluir o dia 11/09/2023 no plantão da 11ª Circunscrição Ministerial de Limoeiro, publicado pela Portaria POR-PGJ n.º 2.472/2023 do dia 25/08/2023, publicada no DOE do dia 28/08/2023, conforme anexo desta Portaria,

II - Lembrar, ao Promotor de Justiça, abaixo relacionado, no anexo, a obrigatoriedade de apresentação do relatório relativo ao respectivo plantão, conforme disposto nos Art. 24, 28 e 29 da Resolução CPJ nº 006/2017, conforme o caso.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

MARCOS ANTÔNIO MATOS DE CARVALHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 2.544/2023
Recife, 4 de setembro de 2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA no uso das suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a elaboração da Escala de Plantão encaminhada, nos termos do art. 17 da Resolução RES CPJ n.º 006/2017, de 03/05/2017;

CONSIDERANDO a solicitação de alteração da escala de plantão, do mês de setembro, encaminhada pela Coordenação da 6ª Circunscrição Ministerial de Caruaru;

CONSIDERANDO a solicitação de alteração da escala de plantão, do mês de setembro, encaminhada pela Coordenação da 8ª Circunscrição Ministerial do Cabo de Santo Agostinho;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

I - Modificar o teor da Portaria POR-PGJ n.º 2.472/2023, de 25/08/2023, publicada no DOE do dia 28/08/2023, conforme anexo desta Portaria:

II - Lembrar aos Promotores de Justiça relacionados no anexo a obrigatoriedade de apresentação do relatório de plantão respectivo, conforme disposto nos arts. 24, 28 e 29 da Resolução CPJ n.º 006/2017.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

MARCOS ANTÔNIO MATOS DE CARVALHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 2.545/2023
Recife, 4 de setembro de 2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Marcos Antônio Matos de Carvalho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

COORDENADOR-GERAL
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa

CORREGEDORA-GERAL SUBSTITUTA
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDOR
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

Marcos Antônio Matos de Carvalho
(Presidente)
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa
Sílvio José Menezes Tavares
Christiane Roberta Gomes de Farias
Santos
Giani Maria do Monte Santos
Edson José Guerra
Lúcia de Assis
Aguinaldo Fenelon de Barros
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000